Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justica.

Excelentíssimo Senhor Corregedor-Geral.

Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça, membros do Egrégio

Colégio de Procuradores.

Excelentíssimos Senhores Promotores de Justiça Coordenadores de Grupos de Atuação, Centros de Apoio e respectivos Núcleos desta capital

e regionais.

O u v i d o r i a

Ministério Público da Bahia

VIGÉSIMO SEXTORELATÓRIO TRIMESTRAL DAS ATIVIDADES DA OUVIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA.

É com grande contentamento que apresento aos Nobres Colegas o **vigésimo sexto relatório trimestral de atividades,** referente ao período compreendido entre 1º/10/2013 e 31/12/2013, em cumprimento ao quanto disposto no art. 2°, IV, da Lei Complementar Estadual n° 24/06 e no art. 2°, IV do Regimento Interno (Resolução nº 10/2007).

Inicialmente, informo que o sistema utilizado - TAG está apresentando uma inconsistência no tocante à quantidade de manifestações registradas, o que acarreta uma pequena margem de erro nas classificações, nada que altere substancialmente a validade do relatório. Assim é que, neste último trimestre do ano de 2013, foram registradas 216 manifestações, percebendo-se uma redução no quantitativo em relação ao trimestre anterior, muito provavelmente em razão do recesso forense. Deste total, 182 foram concluídas e encerradas, atingindo-se o percentual de 84,26% de resolubilidade. Do quanto registrado, 39,56% equivalem a reclamações, 32,44% correspondem a denúncias, 16,89% referem-se a pedidos de informação e 11,11% a outras espécies na tipologia fornecida pelo sistema.

No que toca ao objeto dos registros, 23,56% aludem a reclamações à atuação dos membros do Ministério Público, sua omissão, negligência ou morosidade na adoção de providências, 12,44% sinalizam orientação para o cidadão procurar o MP local, 11,56% constituemse em ofício para conhecimento do MP local, 4% traduzem demanda individual, fora da competência deste *Parquet*, outros 4% representam negligência ou omissão por parte do servidor,

3,11% referem-se a dificuldade no agendamento de atendimento, 3,11% importam em solicitações

Ouvidoria do Ministério Público

de informação – SIC, 2,22% das manifestações apresentaram conteúdo insuficiente para prosseguimento e, por fim, 36% equivalem a outros assuntos.

Quanto aos meios de contato utilizados, novamente, a internet, que compreende *e-mail* (correio eletrônico) e o formulário *online* disponível no *site* do Ministério Público, através do "link" da Ouvidoria (<u>www.mp.ba.gov.br/ouvidoria.asp</u>), permaneceu como a forma mais utilizada pelos interessados na apresentação das suas queixas, representando 59,56% das manifestações. Por sua vez, o telefone abarcou 17,33% dos registros, 13,78% registros presenciais e 9,33% compreendem outros meios de entrada.

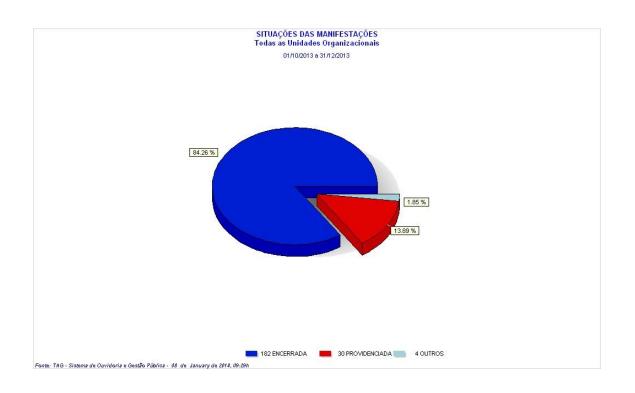
Em relação à origem, 59,56% procederam de pessoas físicas, 31,11% derivaram de abaixo-assinados e 9,33% provieram de outros não especificados, ressaltando que, do total de pessoas físicas, 40,44% são do sexo masculino, 25,33% do sexo feminino e 34,22% não se aplica a classificação de gênero.

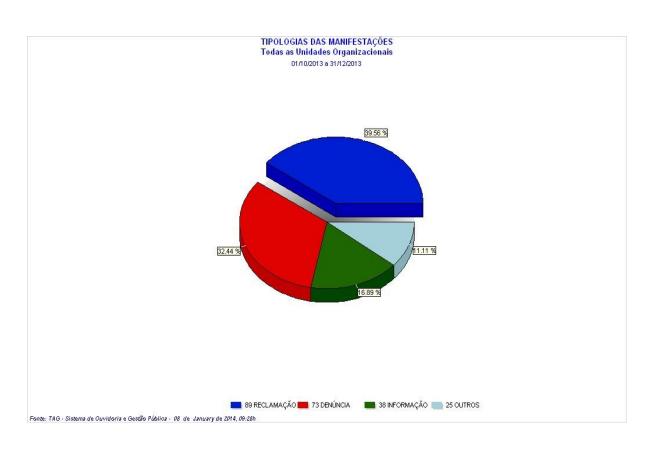
Incluindo um novo dado no relatório, qual seja, o resultado da manifestação, esclareço que em 36,44% das manifestações a autoridade adotou outras medidas, 14,22% foram fornecidas, 9,33% das manifestações não competem ao Ministério Público, 7,11% ainda não adotou medidas, 4,89% foram atendidas, 3,11% apresentaram conteúdo insuficiente, outros 3,11% apresentaram motivo justo, 0,89% foram consideradas improcedentes, 0,44% não foram atendidas e 20,44% encontram-se como não definido.

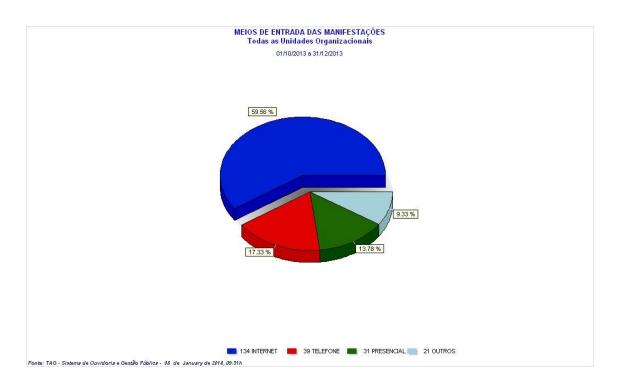
Abaixo, as relações detalhadas das manifestações, segundo a tipologia, situação, meio de contato utilizado e tipo de manifestante, acompanhadas dos gráficos referentes.

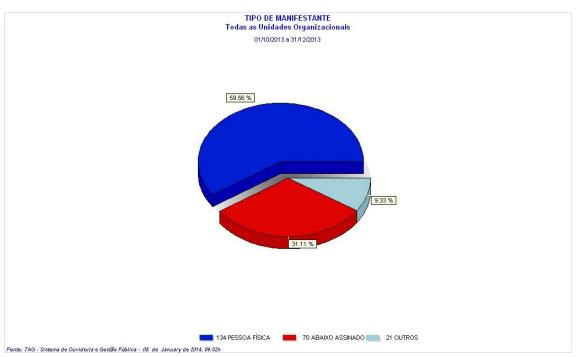
<u>TIPOLOGIA</u>			SITUAÇÃO		
TOTAL RECLAMAÇÃO DENÚNCIA INFORMAÇÃO OUTROS	225 89 73 38 25	100% 39,56% 32,44% 16,89% 11,11%	TOTAL ENCERRADA PROVIDENCIADA OUTROS	216 182 30 04	100% 84,26% 13,89% 01,85%
MEIO DE ENTRADA			TIPO DO MANIFESTANTE		
TOTAL	225	100%			
INTERNET	134	59,56%	TOTAL	225	100%
TELEFONE	39	17,33%	PESSOA FÍSICA	134	59,56%
PRESENCIAL	31	13,78%	ABAIXO ASSINADO	70	31,11%
OUTROS	21	09,33%	OUTROS	21	09,33%

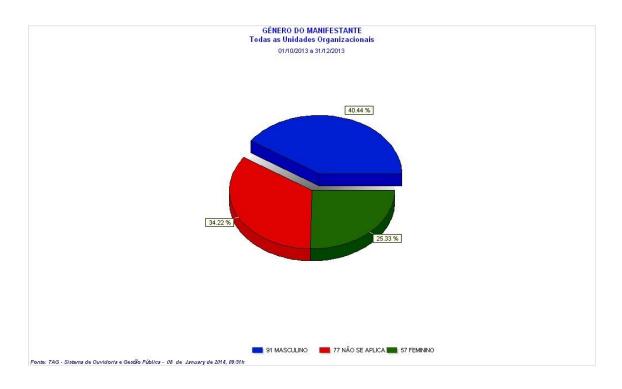
Tel.: 3103-0490 / 0491 | Fax: 3103-0489 - E-mail: <u>ouvidoria@mp.ba.gov.br</u>

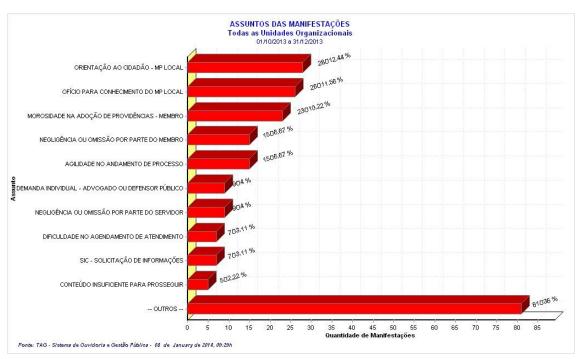


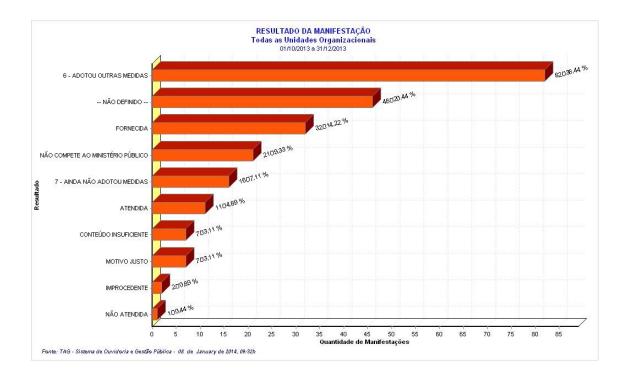












Incontinenti, informo que participei da 19ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Ouvidores dos Ministérios Públicos na cidade de Natal, nos dias 30 e 31 de outubro de 2013, na qual foram discutidas questões de grande interesse da Ouvidoria, notadamente, estratégias para garantir a eficácia da Resolução nº 95/2013 do CNMP, que trata das Ouvidorias, bem assim, a deliberação sobre a criação do Programa de Desenvolvimento de Líderes – PDL do CNMP e sobre a adesão do Ministério Público, por meio do CNOMP, ao Termo de Cooperação do Senado, da Câmara e do TCU.

Importante salientar, ademais, que a referida reunião ocorreu concomitante com o XX Congresso do Ministério Público, tendo havido, no local do evento, uma reunião conjunta dos Órgãos Colegiados CNMP, CONAMP, CNPG, CNCGMP, CNOMP e CDEMP, e posteriormente, uma reunião tão somente do CNOMP com o CNPG, momentos em que foram debatidos assuntos relevantes para os Órgãos em questão.

Deixo consignado, por fim, que o CNOMP possui uma página na internet, a saber, www.cnomp.com.br, que pode ser acessada por aqueles que tiverem interesse em conhecer as atividades desenvolvidas pelo referido Conselho, encontrando-se esta Ouvidora à disposição para qualquer esclarecimento acerca deste órgão que é de grande importância para a Instituição.

Nesse passo, agradeço sempre a todos a confiança em mim depositada para o exercício

de tão grandiosa função, e submeto o presente relatório à apreciação dos Eminentes Procurador-Geral de Justiça, Corregedor-Geral, membros do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça e Promotores/Procuradores de Justiça coordenadores dos Grupos de Atuação, Centros de Apoio e respectivos Núcleos desta capital e regionais, colocando-me à disposição para quaisquer elucidações.

Salvador, 16 de janeiro de 2014.

le. Caso pe Son

Marília de Campos Souza

Procurador de Justiça Ouvidora